



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

17

3ª Câmara de Direito Público
Apelação Cível nº 276000-9
Apelante (s): José Rafael de Oliveira
Apelado (a/s): Estado de Pernambuco
Relator: Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Revisor/Relator para o acórdão: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ABORDAGEM POLICIAL. RESISTÊNCIA NA ENTREGA DE ARMA DE FOGO QUE PORTAVA O APELANTE. DISPARO ACIDENTAL. DANO MORAL NÃO CARACTERIZADO. AUSÊNCIA DE EXCESSO. ATUAÇÃO SOB O PÁLIO DO ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL. CULPA EXCLUSIVA DO APELANTE. CAUSA DE EXCLUSÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL ESTATAL. SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÃO NÃO PROVIDA. MAIORIA DE VOTOS.

1. Ação de indenização por danos morais, fundada em suposta ocorrência de excesso na abordagem policial, que teria feito disparar arma de fogo portada pelo apelante.

2. O Apelante, policial militar do Estado da Bahia, portava arma de fogo na cintura sem a devida cautela (arma carregada, destravada e sem identificação funcional), além de não estar em serviço e mesmo após ingestão de bebida alcoólica, envolvendo-se em discussão de trânsito e, após, em discussão com PMs do Estado de Pernambuco que faziam parte da guarnição que foi atender a ocorrência.

3. Resistência infundada na entrega da arma de fogo, por parte do apelante, mesmo após solicitação pela guarnição policial do Estado de Pernambuco.

4. Provada a culpa exclusiva do apelante para a ocorrência do evento danoso, vez que agiu de maneira incompatível, principalmente sendo policial e sabedor das regras de porte de arma de fogo e de abordagem policial.

5. Inexistência de provas do excesso de abordagem vindicado no pedido do apelante.

6. Sentença mantida. Apelo não provido. Maioria de votos.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

17

ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Apelação Cível nº 276000-9**, em que figuram, como apelante, **José Rafael de Oliveira Souza**, e como apelado, **Estado de Pernambuco**,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da egrégia Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por maioria, em **conhecer e negar provimento** ao recurso. Tudo em conformidade com os votos e notas taquigráficas em anexo, que, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 26 de setembro de 2013


Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator para o acórdão



146

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0276000-9

APELANTE: JOSÉ RAFAEL DE OLIVEIRA SOUZA

APELADO: ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta por José Rafael de Oliveira Souza em face da sentença de fls. 120/123, que julgou totalmente improcedente os pedidos formulados pelo autor.

Conforme docs. de fls. 15/21 e sindicância de fls. 52/116 acostados pelas partes, o apelante, que é policial da PMBA, encontrava-se armado na companhia do seu irmão, quando acabou por ser baleado na região pélvica por um policial da PMPE.

O apelante, que havia ingerido bebida alcoólica, envolveu-se em uma batida de trânsito momentos antes da ocorrência enquanto voltava de um bar em Petrolina. A fim de obter o ressarcimento da avaria de seu carro, o apelante foi em perseguição do outro veículo envolvido até que os dois pararam próximos a uma viatura policial.

Em seguida, os envolvidos no pequeno acidente automobilístico iniciaram uma briga com agressões físicas e verbais. O apelante, que mantinha sua arma na cintura, precisou ser desarmado por um dos policiais que se encontravam no local. Ocorre que, ao desarmar o apelante, o policial militar do Estado acabou por provocar-lhe o disparo da arma de fogo na pélvis.

Em sentença de fls. 120/123, o juízo da Vara da Fazenda Pública de Petrolina julgou improcedentes os pedidos do apelante, extinguindo o processo com resolução de mérito e alegando culpa exclusiva da vítima como excludente de responsabilidade do Estado.



147
(9)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

O apelante, insurgindo-se contra a referida sentença, aduz que o preposto do Estado deu causa ao disparo de arma de fogo que provocou a lesão permanente de seu órgão genital. Para tanto, afirma que o policial militar envolvido agiu com negligência e, por isso, a arma que estava na posse do apelante disparou na sua genitália e perna direita.

Alega, ainda, que o apelante, também policial militar, sabia de todos os procedimentos de segurança para a posse da arma de fogo e manteve-a travada em sua cintura durante toda a situação narrada nos autos.

Em suas contrarrazões à Apelação (fls. 121/123), o Estado de Pernambuco alega culpa exclusiva da vítima como excludente de responsabilidade do Estado. Ocorre que, o apelante, encontrar-se-ia alcoolizado e teria se envolvido em uma discussão com um motociclista minutos antes, oportunidade em que teria deixado o projétil instalado na câmara. Por fim, pugna pela manutenção da sentença.

É o Relatório.

À Revisão.

Recife, 02/10/2012


Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Desembargador



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

153

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0276000-9

APELANTE: JOSÉ RAFAEL DE OLIVEIRA SOUZA

APELADO: ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

VOTO

Presentes os pressupostos de admissibilidade recursal, **passo a decidir.**

DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Primeiro, cumpre analisar a responsabilidade do Estado no deslinde dos fatos que lesionaram o apelante. Importante ressaltar que, para que haja responsabilidade do Estado, é preciso que o comportamento lesivo derive de um agente público, cuja ação possa ser imputada à pessoa jurídica a qual pertença. Ademais, vejamos:

“Importa, outrossim, que o dano tenha sido produzido por alguém graças a esta qualidade de agente público, e não em situação alheia ao qualificativo em causa”¹.

No que concerne à responsabilidade civil, esta pode ser subjetiva ou objetiva. Fala-se em responsabilidade subjetiva e, por conseguinte, dever de ressarcimento, quando o serviço prestado pelo Estado mostra-se defeituoso ou ausente. Ou seja, há responsabilidade subjetiva estatal quando este, devendo atuar de forma a deter uma lesão, não atua ou atua de forma deficiente. Sendo assim, a responsabilidade subjetiva associa-se à negligência, à imprudência ou à imperícia, as quais implicam uma valoração de culpa.

¹ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. Malheiros Editores, 26ª Edição São Paulo: 2009 pg 1020.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

154

Já a responsabilidade objetiva consiste na obrigação de indenizar do Estado em razão de uma ação lícita ou ilícita que produziu uma lesão na esfera juridicamente protegida de outrem². Para que se configure a responsabilidade objetiva, no entanto, basta a mera relação de causalidade entre comportamento e dano. Nesse sentido vejamos o que diz a Constituição Federal em seu art.37§6º:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

No caso dos autos não há que se falar em responsabilidade *subjetiva*. A responsabilidade do Estado é objetiva, isso porque o ato praticado pelo preposto estatal foi comissivo e mantém nexos causal direto com a lesão do apelante, é o que restará comprovado.

Em primeiro lugar, a sindicância de fls.53 conclui que “a vítima contribuiu para a ocorrência do acidente”, na medida em que manteve a arma na cintura e não tomou as devidas precauções de segurança. De fato a vítima contribuiu para o evento danoso, mas não foi ela quem disparou a arma de fogo diretamente em sua genitália e perna, portanto sua participação no evento foi a título de contribuição, apenas, jamais de culpa exclusiva.

É inegável que o apelante estava completamente errado na sua conduta, uma vez que havia ingerido bebida alcoólica e apresentou comportamento agressivo, inclusive portando uma arma e utilizando-se desta para fins de intimidação. Ocorre que, todas essas condutas devem ser avaliadas na seara da responsabilidade penal e de trânsito, devendo o apelante receber as sanções próprias após um processo criminal ou administrativo.

² MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. Malheiros Editores, 26ª Edição São Paulo:2009, pg 995,996.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

155

O que se discute nos autos é a responsabilidade civil do Estado no que se refere estritamente ao fato disparo de arma de fogo. Dessa forma, ao proferir seu julgamento, o magistrado deve estar atento aos acontecimentos determinantes para o deslinde do evento danoso, não se deixando influenciar pela sequência de fatos anteriores se estes não causaram o dano.

Sendo assim, o fato de o apelante já ter sacado e carregado a arma anteriormente, bem como tê-la apontado na direção de outra pessoa (conforme depoimentos de fls.89, fls. 92/93 e boletim de ocorrência de fls. 94/95), em nada tem a ver com o disparo que o lesionou.

Cumprе ressaltar, ainda, que a arma de fogo não estava engatilhada, isso porque o modelo descrito nas fls. 16 é uma pistola GLOCK G25, e esse tipo de arma não tem cão visível, pois o percutor encontra-se dentro do ferrolho. Uma vez carregada, a arma possui um sistema de disparo em duas etapas: pressiona-se o gatilho uma vez para acionar a trava de segurança e, ato contínuo, continua-se a pressão para dispará-la. Dessa forma, pode-se depreender dos fatos narrados que o policial militar deste Estado, ao retirar a arma da cintura do apelante, empunhou a arma, posicionou seu dedo no gatilho inadvertidamente, efetuando o disparo. Senão vejamos:

“PERGUNTADO ao Declarante, no momento que o Sd PM Ismael tentou pegar a sua arma, esboçou alguma reação. RESPONDEU negativamente. PERGUNTADO ao Declarante se sabe informar que sua arma estava carregada e destravada no momento que o Sd PM Ismael tentou tirar da sua cintura. RESPONDEU que a mesma estava carregada e destravada em virtude da pistola GLOCK modelo G25 ser a trava de segurança o próprio gatilho. PERGUNTADO ao Declarante se chegou a informar aos componentes da guarnição que sua arma estava destravada. RESPONDEU que não foi em nenhum momento questionado pelos os componentes da guarnição, bem como, tudo ocorreu de maneira repentina (sic)”. *(circulação manuscrita)*

Apesar de o agente estatal ter avisado ao apelante ~~que este não poderia andar armado,~~ ter solicitado a entrega da arma e ter-lhe informado (fls.103) que iria desarmá-lo, o que interessa para fins de responsabilização civil é quem disparou a arma de fogo, uma vez que não foi o apelante nem a arma disparou sozinha.



156

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

Diante da situação indubitavelmente conflituosa na qual se encontravam as partes, a iniciativa de desarmar o apelante foi a mais correta, no entanto a operação resultou um fracasso diante da conduta comissiva do agente estatal, que acidentalmente disparou a arma de fogo.

Ademais, a técnica de abordagem policial deve ser levada a efeito conforme os manuais de policiamento ostensivo, evitando-se assim ações desastrosas.

O policial/Guarda Municipal ao efetuar uma abordagem deve observar alguns aspectos fundamentais para que possa salvaguardar sua vida e dos demais envolvidos na ocorrência: segurança, surpresa, rapidez e ação vigorosa. No que diz respeito à segurança, o policial deve agir com a certeza, a confiança, a garantia, a condição de estar seguro. Basicamente é estar cercado de todas as cautelas necessárias para eliminação dos riscos de perigo.

Acerca do disparo da arma de fogo, o depoimento do agente estatal foi o seguinte:

“ que o SDPM-BA fez menção de alcançar sua arma localizada em sua cintura, percebendo sua intenção, conforme os procedimentos de segurança, tentei de imediato neutralizá-lo, segurando em sua mão e lhe ordenando que tirasse a mão de cima de sua arma, uma Pistola Glock Cal. 380° MLE553, foi aqui que acidentalmente esta arma disparou, atingindo o SDPM-BA na altura da virilha. Diante do ocorrido o SDPM-BA foi imediatamente socorrido até o hospital HGU..”, fls.59.

Reitera-se que a responsabilidade objetiva do Estado não permite análise de culpa, mas tão somente a identificação do nexos entre conduta e dano, ou seja, entre o disparo da arma de fogo pelo agente estatal e o dano causado ao apelante, este comprovado pelo laudo traumatológico de fls. 11 e pelos depoimentos prestados.

Ademais, não há que se falar em ~~excludente~~ de responsabilidade. O Estado só se exime de ressarcir o lesado na falta de nexos entre seu comportamento comissivo e o dano causado, o que não é o caso dos autos.



157

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

O policial que acidentalmente disparou a arma de fogo jamais pode ser considerado no estrito cumprimento do dever legal. Caso houvesse a necessidade de uma perseguição policial, ocorrendo também troca de tiros, o agente estatal, caso as circunstâncias mostrassem-se necessárias, poderia atirar no fugitivo a fim de contê-lo na sua tentativa de fuga e para sua própria legítima defesa. Essa seria a hipótese de estrito cumprimento do dever legal, mas o caso dos autos foi absolutamente diferente, não houve circunstâncias que justificassem o disparo da arma de fogo.

Nesse sentido, vejamos:

“De conseguinte, a culpa do lesado não é relevante por ser culpa, mas sê-lo-á unicamente na medida em que através dela se pode ressaltar a inexistência de comportamento estatal produtor do dano. A perquirição é que será mais aturada nos casos obscuros, mas seu objeto é o mesmo: verificar se a lesão foi ou não determinada por comportamento do Estado”³.

Indubitavelmente o apelante comportou-se de maneira imperita e absolutamente incompatível com sua graduação de soldado, no entanto, a deformidade permanente de sua genitália foi causada diretamente pelo disparo provocado pelo preposto do Estado, motivo pelo qual não há como excluir a responsabilidade deste em indenizá-lo.

DO QUANTUM INDENIZATÓRIO

Uma vez demonstrado o dever de indenizar do Estado, resta estabelecer o valor a ser ressarcido. Para tanto, relevo como fator preponderante a própria gravidade do dano ilícito, bem como o fato de o apelante ter contribuído indiretamente para o desfecho dos autos.

O dano foi resultado de uma dupla causação: diretamente causado pelo agente estatal e indiretamente causado pelo próprio apelante. Sendo assim, temos que ambos os envolvidos concorreram para o resultado danoso, o que deve servir como atenuante do quantum indenizatório.

³ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. Malheiros Editores, 26ª Edição São Paulo: 2009 pg1014



158

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA N.º 07/STJ.

4. O quantum indenizatório devido a título de danos morais deve assegurar a justa reparação do prejuízo sem proporcionar enriquecimento sem causa do autor, além de levar em conta a capacidade econômica do réu, devendo ser arbitrado pelo juiz de maneira que a composição do dano seja proporcional à ofensa, calcada nos critérios da exemplariedade e da solidariedade.

5. O valor da indenização por danos morais é passível de revisão pelo STJ quando este se configure irrisório ou exorbitante, sem que isso, implique análise de matéria fática (Precedentes: AgRg no AG 624351/RJ, 4ª Turma, Ministro Relator Jorge Scartezzini, DJU 28/02/2005; RESP 604801/RS, 2ª Turma, Ministra Relatora Eliana Calmon, DJU 07/03/2005; RESP 466969 / RN ; deste relator, DJ de 05.05.2003; AGRESP 324130, Rel. Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, 4ª Turma, DJ de 04/02/2002; RESP 418502 / SP ; deste relator, DJ de 30.09.2002; RESP 331279/CE, deste relator, DJ de 03/06/2002)

6. In casu, o Tribunal a quo considerando a responsabilidade objetiva do Estado, tendo em vista o fato da vítima ter caído dentro de um bueiro que estava aberto, próximo a uma rodovia, bem como a existência de culpa concorrente da vítima, uma vez que encontrava-se embriagada no momento do acidente, frisando que tal fato não impedia o reconhecimento da responsabilidade do DNER, manteve valor fixado em sentença, a título de danos morais em R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) e no que concerne aos danos materiais, no valor equivalente a 0,64 salário mínimo mensal, a ser rateada entre os autores, devida desde o óbito até o implemento dos 21 anos de idade, prorrogável até aos 24 anos, na hipótese de ingresso em curso superior. (AgRg no Resp N° 901.897 (2006/0250012-1) Rel. Min. LUIZ FUX, Julgamento: 25/11/2008 T1 - PRIMEIRA TURMA)

Por tais circunstâncias verifico por bem fixar a indenização por danos morais no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

159

Diante do exposto, voto pelo PROVIMENTO do presente recurso de apelação, reformando, assim, a decisão de primeiro grau para condenar o Estado de Pernambuco ao pagamento de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de indenização por danos morais.

Recife, 12/09/13

Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Desembargador



160

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

17

3ª Câmara de Direito Público
Apelação Cível nº 276000-9
Apelante (s): José Rafael de Oliveira
Apelado (a/s): Estado de Pernambuco
Relator: Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Revisor: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO DE REVISÃO:

No presente caso, entendo que é o caso de manter a sentença pelos próprios fundamentos, pois restou provada a culpa exclusiva do apelante para a ocorrência do evento danoso, causa excludente da responsabilidade do dever de indenizar do Estado.

As provas acostadas aos autos evidenciam que os policiais que realizaram a abordagem do autor/apelante atuaram sob o pálio do estrito cumprimento do dever legal. Tanto é assim que a conclusão da sindicância (fls. 52/53) apontou pela inexistência de indícios de crimes, seja de natureza militar ou comum, ou de transgressão militar. Valendo transcrever o seguinte trecho: "a vítima contribuiu para a ocorrência do acidente, quando ao abordar o Sr. Laudemir, sacou sua arma, carregou e apontou para o mesmo e após, colocou a arma na cintura, não tendo o devido cuidado com a segurança, e ao ser abordado pelo Sd PM ISMAEL, não informou das condições de segurança da arma" (fls. 53).

Das próprias declarações prestadas pelo autor/apelante, deflui-se que o mesmo estava portando arma de fogo sem a devida cautela (carregada e destravada), além de não estar em serviço, e mesmo após ter ingerido bebida alcoólica (fls. 16, fls. 104), envolvendo-se em uma discussão de trânsito e, após, em discussão com os PMS que faziam parte da guarnição que estava atendendo a ocorrência.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

161

17

Somando-se a esse fato, o autor/apelante declarou que o Sd PM Ismael havia avisado que o autor não poderia andar armado sem a devida identificação e que queria que lhe fosse entregue a arma. Também o irmão do apelante declarou que o policial tinha informado ao apelante que iria levar a arma do mesmo (fls. 103).

Ora, se estava existindo uma resistência e uma discussão, permitir que uma pessoa, sem a devida identificação e com sinais de ingestão de bebida alcoólica, portasse uma arma de fogo seria um ato omissivo inaceitável por parte dos agentes de segurança pública.

Não há como concluir outra hipótese senão a de que a resistência infundada na entrega da arma de fogo, por parte do apelante, quando lhe foi solicitada, tenha ocorrido por culpa exclusiva sua, que agiu de maneira incompatível, principalmente sendo policial e sabedor das regras de porte de arma e de abordagem policial.

Ademais, outros depoimentos prestados à comissão de sindicância apontam que o autor/apelante já tinha sacado e carregado a arma, apontando-a na direção de uma pessoa com quem havia discutido anteriormente naquela mesma noite (depoimentos fls. 89, fls. 92/93, fls. 98, boletim de ocorrência fls. 94/95).

Ainda que o fato do disparo não seja negado por parte do Estado, entendo que não há provas do excesso vindicado no pedido autoral, pois a única prova da alegada lesão sofrida é o laudo traumatológico acostado às fls. 11, exame este que foi realizado no dia 18/3/2010, ou seja, quase 2 meses após o ocorrido.

É de se concordar com a alegação do Estado de Pernambuco, ao aduzir que seria um contra censo reformar a sentença, ao passo em que poderia restar caracterizada uma premiação ao mau comportamento do autor/apelante, que, sendo policial militar, desrespeitou as normas de boa conduta, ao apresentar-



162

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

17

se sem identificação funcional, portando arma de fogo após ingerir bebida alcoólica e resistir ao pedido de entrega da arma.

Diante da causa de exclusão da responsabilidade estatal – culpa exclusiva da vítima –, voto pelo **NÃO PROVIMENTO DO APELO**, mantendo-se a sentença de 1º grau pelos próprios fundamentos.

É como voto.

Recife, 11 de Setembro de 2013

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Revisor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – 12.09.2013
APELAÇÃO Nº. 276000-9 – PETROLINA
APELANTE: JOSÉ RAFAEL DE OLIVEIRA SOUZA
APELADO: ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DESEMBARGADOR ALFREDO JAMBO
REVISOR: DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO

RELATÓRIO, VOTO DO RELATOR E VOTO DO REVISOR ÀS FLS. 146/147,
153 A 159 E 160 A 162 DOS AUTOS, RESPECTIVAMENTE.

DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO

Vossa Excelência fixou os danos em que patamar?

DESEMBARGADOR ALFREDO JAMBO (RELATOR)

Como me parece que eu mantenho *in totum* a sentença, eu tenho que verificar nos autos.

DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO

Mas o juiz julgou improcedente, não foi isso?

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE E REVISOR)

Improcedente. E vai ser o meu voto de revisão, pela improcedência total.

Meu voto, lamentavelmente, é divergente do voto do desembargador.

DESEMBARGADOR ALFREDO JAMBO (RELATOR)

Gostaria de ouvi-lo, senhor Presidente.

Aliás, nós estamos aqui para provocar a dialética, e é assim que cresce.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE E REVISOR)

Desembargador Antenor, serei bem breve.

DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO

Desembargador, antes eu gostaria que o desembargador Jones fixasse os danos.

DESEMBARGADOR ALFREDO JAMBO (RELATOR)

Nesse caso, eu arbitaria, como é concorrente, em oitenta. Se Vossa Excelência disser o contrário, eu faço uma ponderação.

DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO

Vossa Excelência fixa em quanto?

DESEMBARGADOR ALFREDO JAMBO (RELATOR)

Oitenta mil.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE E REVISOR)

Oitenta mil reais. Eu conheço muita gente que vai dar um tiro na sua própria genitália para levar esses oitentinha em situações análogas. Com certeza.

Desembargador Jambo, próprio da dialética, serei breve, mas vou resumir o caso.

O cidadão é policial militar da Bahia, não é um policial militar de Pernambuco. Atravessa a ponte na maravilhosa Juazeiro-Petrolina, Petrolina-Juazeiro - onde Vossa Excelência julgou por tantos anos -, e fica embriagado (plavras da própria parte); vai beber. Está sem a identificação funcional que é policial militar. É policial da Bahia, mas está sem identificação. Está armado. Depois de ingerir a bebida alcoólica, que ele mesmo admite, e estava portando uma arma de fogo sem a devida cautela, carregada e destravada. Não estava, evidentemente, em serviço naquele dia. Ingere bebida alcoólica; se envolve numa discussão de trânsito com os policiais militares que estavam ali na



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

ocorrência; aponta a arma para o terceiro; não atirou; coloca na cintura; na hora que coloca na cintura, a arma desse cidadão que não é policial militar aqui, que não estava de serviço, que não estava fardado, que não estava com a sua credencial de policial militar, que tinha se embriagado, que aponta em via pública porque se envolveu numa discussão em relação ao policial militar da guarnição, que estava protegendo, e quando coloca ali, porque estava destravada e estava na cintura, destravada e carregada, dá um tiro e atinge sua genitália, culpa concorrente do Estado eu não consigo vislumbrar, nem a mais mínima.

Se ele sofreu o acidente, eu lamento, mas o único culpado por tudo que aconteceu foi o próprio policial, foi o próprio apelante.

O Estado diz: se for reformada a sentença do bom juiz Dr. Josilton, se for reformada, é um prêmio, a expressão que o Estado usa, porque seria um contrassenso, uma premiação ao mau comportamento do autor apelante, que, sendo policial militar, desrespeitos as normas de boa conduta ao apresentar-se sem identificação funcional, portando arma de fogo, ingerido bebida alcoólica e resistido ao pedido de entrega da arma. É por isso que ele apontou a arma e depois botou na cintura e atirou nele.

Eu não posso ter outra posição que não a de manter íntegra a sentença.

Se Vossa Excelência, eu acho que não precisa maiores argumentos, tem mais coisa escrita, se tiver alguma dúvida, pode pedir vista, tal.

Eu respeito muito a posição do desembargador Alfredo Jambo, mas acho que não há nem de longe culpa concorrente, a culpa é exclusiva desse mau profissional, José Rafael de Oliveira.

DESEMBARGADOR ALFREDO JAMBO (RELATOR)

Excelência, eu agradeço a contribuição de Vossa Excelência, mas eu estou imaginando assim, o mundo é fragmentado em eventos. Eu estou funcionando a reflexão de justiça a partir da abordagem do outro policial.

A questão do policial baiano estar embriagado, está totalmente errado, ele. Se ele deu tiro lá, também está totalmente errado. Mas eu estou falando na parte da abordagem daquele que chegou, que poderia causar até um dano maior aos circunstantes. É isso que eu estou falando.

Ouvi com muita atenção, sei da vossa preocupação com relação à segurança, e a sua análise foi linear, extraordinária, mas a minha, no mundo dos eventos, eu divido em fragmentos a realidade, em partes.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Existe uma realidade a partir da abordagem para a frente. O passado, se errou, errou, então deve se apurar, mas na frente, a abordagem temporal dali da frente é o que eu disse e descrevi no meu relato.

Peço vênica ao Presidente. Mantenho a decisão.

DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO

A discussão foi muito útil, senhores, para eu firmar a minha convicção.

Pelo que eu compreendi, o desembargador Jambo afirmou que a bala ficou no tambor, mas pode ser que seja uma arma automática e não se trate de uma arma de tambor, e sim um pente, e a arma estando já para ser acionada e estando destravada, então é muito mais fácil de uma arma automática atirar do que um tambor, do que uma arma de tambor.

É um detalhe, desembargador Jambo, porque não vai alterar a minha convicção, e eu penso que o que configura o dano moral é a conduta injusta do agente supostamente causador do dano, e eu não vejo injustiça na conduta do policial que teria provocado o dano ao autor da ação, aqui apelante, ao tentar evitar uma lesão que poderia até matar alguém.

Segundo entendi, houve uma discussão entre a suposta vítima, autor da ação, aqui apelante, e um motoqueiro, e decorrente desta discussão, a suposta vítima apelante teria sacado a arma e apontado para o outro.

Então, nessas circunstâncias, desembargador Jambo, eu gostaria de ponderar a Vossa Excelência que é muito difícil seguir manuais de abordagem. Existem manuais de abordagem? Existem. Existe a cautela que se exige do policial? Existe. Mas, diante da iminência do risco e de um dano muito maior que poderia ser causado a um terceiro, então não há como o policial que está envolvido numa situação dessa dizer "o senhor baixe a arma, o senhor tenha medo, o senhor tenha cautela, cuidado, me dê a sua arma".

Não, desembargador Jambo, eu quero crer que a atitude do policial foi imediatamente entrar em ação, e infelizmente houve esse dano, que foge assim dos manuais de abordagem e de segurança.

Infelizmente houve o dano, mas o dano é ocasionado por uma conduta injusta do autor da ação, que estava embriagado e, além de estar embriagado, estava armado, apontou a arma para um terceiro.

Diante disso, eu peço vênica e acompanho integralmente a decisão do juiz e do revisor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ALFREDO JAMBO (RELATOR)

Eu acho que é tão difícil acompanhar os manuais como é difícil viver, como dizia o poeta.

É difícil, tudo é difícil, mas aqui nós estamos numa casa justamente para colocar essas questões complicadas, certo?

Eu estou abordando, eu estou fazendo o discernimento de uma situação de perigo para todos naquele momento. Então, não trouxe o manual aqui, mas existe isso, é uma realidade, e, portanto, eu peço vênias a Vossas Excelências.

Ouvi com tanto cuidado que vim refletir mais uma vez sobre esse assunto, mas mantenho a minha decisão.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE E REVISOR)

Vou proclamar a decisão.

DECISÃO

"POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O RELATOR, NEGADO PROVIMENTO AO APELO. LAVRARÁ O ACÓRDÃO O DESEMBARGADOR REVISOR".
